



Grupo Parlamentar

CDS - PP

N.º 610-VII

P.º 50.04.04

Data : 09.04.2003

Sr. Presidente

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo

Antes de mais, permitam-me aproveitar esta oportunidade para agradecer na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia a forma calorosa como fui aqui recebido ontem, que foi bem além da mera dignidade e formalidade institucional. Aproveito para saudar o Sr. Presidente e as Senhoras e Senhores deputados, transmitindo a minha mais elevada consideração pelo trabalho efectuado em prol dos açorianos que aqui representam. A democracia representativa tem a sua expressão máxima no Parlamento e é com a dedicação e trabalho dos representantes que se podem concretizar as legítimas aspirações, de progresso económico e social, daqueles que os deputados desta Assembleia têm por incumbência representar.

É com muita honra que encaro esta oportunidade de representar o Povo dos Açores nesta nobre Assembleia. Mas é também com muita humildade, pois tenho a plena consciência que, por muita vontade e capacidade que a nossa sociedade tenha para construir o seu futuro e para impulsionar o desenvolvimento harmónico dos Açores, numa Região com as condicionantes da nossa, esses propósitos só são possíveis se as políticas e opções públicas assim concorrerem.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Penso que hoje em dia ninguém negará que os constrangimentos ao bom funcionamento do mercado concorrencial – ao nível da competitividade, ao nível da capacidade empresarial, ao nível das acessibilidades, entre outras – são o maior entrave ao desenvolvimento económico e social da Região. Sem a geração de riqueza do sector privado não é possível sustentar uma justa e necessária política de redistribuição de rendimentos; não é possível a criação de empregos; não é possível alcançar-se o tão desejado desenvolvimento económico e social. Compete aos Órgãos de governo próprio dos Açores criarem condições favoráveis ao desenvolvimento de mercados concorrenciais, tendo em conta os constrangimentos estruturais inerentes à nossa Região. Compete aos órgãos da Região criarem as condições para que o sector empresarial regional possa progredir num contexto de cada vez maior e mais vasta concorrência.



Grupo Parlamentar

CDS - PP

É sobejamente reconhecida a fragilidade do tecido económico regional, sobretudo nas ilhas com menores recursos humanos, técnicos, económicos e financeiros, tecido esse com uma predominância de PME's e micro empresas, em grande parte assentes na estrutura de negócio familiar e com notórias insuficiências, carentes de modernização e maior profissionalização. Estas empresas são, na sua maioria, particularmente vulneráveis às condicionantes estruturais.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

A modernização dos sectores comercial, industrial e de serviços, daquelas pequenas e micro empresas, que nos Açores constituem a regra e não a excepção, é um imperativo para a sustentabilidade do desenvolvimento harmónico regional. Daí resulta a importância das políticas conducentes à criação de condições favoráveis ao fomento e consolidação dessas empresas, não só pela geração de riqueza, sobretudo à escala local e regional, mas também pela criação de emprego e pelo estímulo económico e sinergias resultantes.

O fomento das empresas exige a maior estabilidade e o máximo de certezas possíveis. Os mercados, cada vez mais globais, são, por natureza, incertos. A actividade empresarial envolve vários riscos e incertezas intrínsecos.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

De facto, o risco faz parte da actividade económica. O que não é aceitável é que as políticas económicas, supostamente de fomento à actividade empresarial, constituam um foco de instabilidade e de incerteza.

Os sistemas de incentivos e estímulos regionais à actividade empresarial são um foco de instabilidade e incerteza para a economia. No âmbito do SIRAA, do segundo Quadro de Comunitário, sistema encerrado em 1999, ainda há pelo menos projectos contratados e por pagar em 2003. Quer isto dizer que passados três anos sobre o fim do encerramento desse sistema de incentivos, ainda há questões por regularizar.

Em relação ao SIDER, programa do terceiro Quadro Comunitário, e que já arrancou tarde, apenas foi aberta uma única fase de aceitação de candidaturas desde 2001, quando a expectativa gerada era de mais que uma fase por ano e por ora, nem isso.

No caso do SIDER, este subsistema está claramente sub-orçamentado. A dotação orçamental apenas chegará para cerca de 20% do valor das candidaturas apresentadas. O que acontecerá às restantes candidaturas? Serão todas excluídas? Transitarão para uma próxima fase de candidaturas, se e quando esta segunda fase for aberta? E ao transitarem para uma hipotética segunda fase, concorrerão com as novas candidaturas, para uma dotação orçamental



Grupo Parlamentar

CDS - PP

igualmente insuficiente? Não se percebe porque é que, estando já anunciada uma segunda fase para o SIDET, ainda não esteja prevista uma nova fase para o SIDEL.

A falta de dotação orçamental é confrangedora. Afinal, qual a credibilidade deste subsistema, se está longe de responder à dinâmica empresarial revelada pelas candidaturas? Qual credibilidade de incentivos que visam a necessária modernização do nosso tecido económico, se as dotações não chegam nem para meia missa? Seria preferível restringir mais as condições de acesso, do que estar gerar falsas expectativas aos promotores.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Estas ambiguidades prejudicam objectivamente a actividade económica. Algumas empresas adiam investimentos, à espera de uma possível segunda fase, que teima em tardar. Outras, aguardam decisões em relação às candidaturas apresentadas. Seja como for, investimentos são adiados. E a Região só perde com isso.

Felizmente, em relação ao SIDET, a situação é melhor, estando já anunciada a segunda fase de candidaturas. Contudo, a vasta abrangência de promotores faz-nos crer que a dotação orçamental poderá ser insuficiente. E seria lamentável se ocorresse neste subsistema uma situação de incerteza semelhante à que ocorre no âmbito do SIDEL.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

É insustentável que, numa Região que é a mais pobre da Europa, os sinais do Governo Regional para as empresas sejam contraditórios. É insustentável que se criem expectativas que depois são goradas. Não é aceitável que se diga às empresas para seguirem um caminho, que, na prática, acaba por estar bloqueado. O Governo Regional não pode continuar a encarar a actividade empresarial como um problema, mas sim como uma solução. Como a solução para a criação de emprego. Como a solução para a criação de riqueza. Como a solução privilegiada para se atingir o almejado desenvolvimento económico e social harmónico da Região.

O Deputado Regional

Nuno Melo Alves